

ARTE DESPERTAR: PRIMEIRA DÉCADA



ARTE DESPERTAR: PRIMEIRA DÉCADA

São Paulo, 2010
Associação Arte Despertar





NOSSA ARTE É
DESPERTAR O MELHOR
DO SER HUMANO

1

A NOÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL
EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: DO INÍCIO
DA MODERNIDADE AO CONTEXTO QUE GEROU
A ASSOCIAÇÃO ARTE DESPERTAR

RUI LUIS RODRIGUES

UM LENTO DESPERTAR

O homem reinventa constantemente seu modo de viver em sociedade. Num processo sempre complexo, porque inclui negociar não apenas com os dados concretos da realidade, mas também com as estruturas mentais e os imaginários de cada época, o ser humano encontra caminhos pelos quais concede significado ao mundo que o rodeia. Nada mais inadequado, portanto, do que julgarmos ações e procedimentos de outra época à luz da nossa própria. Quando pensamos em responsabilidade social encontramos uma ilustração perfeita desse fato.

A expressão “responsabilidade social” diz respeito à valorização e busca da dignidade humana, ao cuidado integral do homem, com atenção para as múltiplas dimensões que o constituem. Isso é realizado a partir da consciência de que o equacionamento das questões sociais é responsabilidade de toda a coletividade.

Eliminação da desigualdade, humanização das relações sociais, valorização do indivíduo e de sua autonomia – todas essas preocupações são recentes, típicas de nossa época e encontram-se expressas num vocabulário que não faria sentido cem anos atrás. Isso não significa, contudo, que outros períodos históricos tenham desconhecido a preocupação com o ser humano. De uma forma ou de outra, o cuidado com o semelhante tem nos acompanhado ao longo de nossa história; mudaram, todavia, as formas de elaboração desse cuidado, bem como os pontos de vista a partir dos quais a sociedade, teatro dessas preocupações, era pensada.

Por muito tempo, a preocupação com o bem-estar de outros seres humanos, especialmente daqueles em situação de fragilidade, caminhou ao lado de uma noção estática de sociedade. Para permanecer apenas nos limites da civilização ocidental, a atitude típica do pensamento medieval diante do que hoje chamamos de “problemas sociais” serve-nos de exemplo. Sem uma compreensão mais acurada das causas reais da pobreza, restava ao homem medieval apenas o recurso de entendê-la como expressão da

vontade de Deus; por meio da pobreza a graça divina salvava o pobre, assim como salvava o rico pelo exercício da caridade. Essa perspectiva mostra-se mais ou menos constante ao longo do primeiro milênio de civilização cristã; para João Calvino, em pleno século XVI, a pobreza não era mais caminho de salvação, mas continuava a ser expressão da soberania divina. Já na mística franciscana, por outro lado, o pobre era imagem de Cristo e a pobreza ganhou um novo valor teológico e moral, tornando-se modelo e fonte de inspiração.

Em grande medida, a perspectiva da sociedade como realidade dinâmica é uma das características da Modernidade. O século XVI assistiu a uma mudança decisiva na maneira de se pensar a questão dos que se encontravam em situação de fragilidade social. Tomada em si mesma, a pobreza já não representava virtude evangélica; o humanista espanhol Juan Luis Vives (1492-1540) chegou a sugerir em seu “De subventionem pauperum” (“Sobre a ajuda aos pobres”, 1526) que Cristo não reconheceria como pertencentes a si pobres tão afastados dos costumes e da santidade de vida que ele ensinou. Tanto em ambientes católicos quanto em contextos protestantes, medidas severas começaram a ser tomadas para a repressão da mendicância: procurava-se suprimir, assim, aquilo que antes era visto como necessário exercício da piedade cristã.

Esse foi o momento, contudo, em que novas formas de tratar as questões ligadas à pobreza foram encontradas. O grande êxodo rural verificado nas duas primeiras décadas do século XVI nos Países Baixos e nos territórios alemães levou à implementação de medidas visando otimizar o cuidado dos que se encontravam em situação de miséria. A obra de Vives é fruto desse período, representando de forma emblemática as soluções então encontradas. Para ele, o homem torna-se efetivamente humano pelo aprendizado; assim, a capacitação técnica era vista por Vives como fundamental para a eliminação da miséria. Em seu trabalho, Vives demonstrou um grande conhecimento da manufatura têxtil de seu tempo, chegando a fazer considerações sobre o necessário equilíbrio entre a oferta e a demanda de mão de obra.

Todavia, mais do que nos detalhes práticos de seu programa de ajuda aos pobres, é num aporte que hoje chamaríamos de ideológico que a contribuição de Vives se revelou decisiva. Ele demonstrou como a atitude tradicional interpretava erroneamente as palavras de Cristo em Marcos 14:7 (“Na verdade, sempre tereis os pobres convosco”), tomando-as na forma de uma aceitação resignada, como se a pobreza fizesse naturalmente parte da ordem social. Vives também desprezou o hábito, arraigado, de se considerar os pobres

como entidades sagradas, os *sancti pauperes*, agentes, pela pobreza, da sua própria salvação e da salvação dos demais membros do corpo social. Ao mesmo tempo, Vives se mostrou bastante compassivo em relação aos que se encontravam realmente em situação de necessidade.

Podemos resumir a posição de Vives afirmando que ela representa um reconhecimento, ainda que embrionário, do caráter complexo das relações sociais. A miséria possui causas efetivas, não atreladas à vontade de Deus mas a dinâmicas sociais bastante concretas. Evidentemente, essa análise não foi conduzida de forma objetiva por Vives; suas recomendações para a eliminação da miséria, contudo, refletem uma percepção acurada de suas causas. O ócio, por exemplo, é visto como um dos principais fatores de fomento da pobreza; para corrigi-lo não bastam leis impostas pela autoridade civil. Eventualmente, torna-se necessária a capacitação profissional do indivíduo ou sua realocação em regiões onde exista demanda para suas atividades. Ao refletir sobre os benefícios de se combater em tais termos a pobreza, Vives também dá conta de uma refinada compreensão das dinâmicas sociais: ele intui, por exemplo, que um dos resultados positivos de se aliviar a miséria seria a diminuição dos crimes.

O ser humano tem mais facilidade para viabilizar novas tecnologias do que para mudar as antigas e arraigadas concepções que constituem seu universo mental. A lenta passagem de uma noção estática de sociedade para outra, dinâmica, que responde a causas materiais e que, portanto, comporta a possibilidade da mudança, exemplifica bem esse trabalho complexo que é a transformação do imaginário. No que diz respeito à ideia de responsabilidade social os inícios da Modernidade marcaram um decisivo ponto de inflexão.

DA FILANTROPIA À AÇÃO TRANSFORMADORA

O limiar da Modernidade assinalou, também, a emergência de dois fatores importantíssimos para as transformações que geraram a perspectiva de responsabilidade social. Trata-se do Estado moderno e das modernas relações de mercado.

O Estado moderno caracterizou-se pela centralização política e administrativa, que obrigou à criação de um aparelho burocrático capaz de absorver as múltiplas funções que o Estado passou a concentrar (arrecadações, monopólio da violência através dos exércitos nacionais, subordinação dos mais diversos foros à autoridade central). Esse processo, grosso modo, estabeleceu-se de modo irreversível na passagem do século XVI para o XVII e desenvolveu-se até chegar, no século XIX, aos Estados-nação plenamente consolidados.

Por outro lado, a expansão europeia para outros continentes, possibilitada pelos desenvolvimentos tecnológicos do século XV, permitiu a configuração de uma economia-mundo marcada pelas relações de centro e periferia. No bojo desse processo, o capitalismo se estabeleceu produzindo novos sentidos para a noção de “mercado” ao longo de uma história complexa, assinalada por fases (comercial, industrial, financeira) e por crises. Mas é significativo observar que todos os principais embates ideológicos da época moderna giraram em torno dessas duas grandezas, desde o liberalismo econômico clássico, com Adam Smith (para quem o Estado deveria ser colocado à sombra pela “mão invisível” do mercado), até o socialismo, com sua perspectiva de controle e eliminação do mercado que, ao fim e ao cabo, deveria conduzir à própria superação do Estado.

No século XIX, o triunfo da ideologia liberal assentou como “fato” a noção ideológica de separação absoluta entre três esferas distintas: a esfera política, a esfera econômica e aquela considerada como de natureza sociocultural. Não é difícil enxergar nessa divisão tripartite a presença das esferas do Estado e das relações de mercado, acrescidas de outra que

passava a se delinear, a esfera da sociedade civil. A moderna departamentalização dos estudos universitários, consagrada em fins do século XIX, representou a oficialização dessa perspectiva, à medida que incorporou a noção de que tais realidades (a social, a política, a econômica) poderiam ser estudadas isoladamente.

Tanto essa departamentalização quanto sua matriz, a divisão tripartite, mereceram críticas severas que lhes foram endereçadas pelas ciências humanas ao longo do século XX. Essas esferas não são, e nunca foram, autônomas. Desde seu início, as relações capitalistas de mercado estiveram mescladas com o poder político; a vida social, por seu lado, não se realiza à parte da economia ou da política. No entanto, o que nos interessa é reconhecer o quanto essas grandezas (especialmente Estado e mercado) tornaram-se decisivas para a autocompreensão da sociedade ocidental e para sua maneira de pensar o problema da responsabilidade social.

Em pleno florescimento do capitalismo industrial, no século XIX, as questões sociais eram ou negligenciadas ou tratadas em termos de filantropia; neste segmento, começaram a notabilizar-se alguns grandes detentores do capital, ao lado de instituições já tradicionais nesse tipo de atividade, como as igrejas. A participação do Estado existia, mas era mínima, em consonância com a ideologia liberal. A principal mu-

dança nesse quadro se deu por conta da grande crise mundial do capitalismo financeiro, no decorrer da década de 1920. O caos social decorrente dessa crise teve que ser enfrentado com ferramentas estatais. Do ponto de vista teórico, os subsídios para essa ação estatal haviam sido lançados, pouco antes, pelo economista inglês John Maynard Keynes. Para este economista, o Estado possuía, entre as suas funções, também a de estabelecer políticas sociais públicas cuja criação legitimava, inclusive, a atuação direta do Estado na economia. Tais políticas, como a adoção de medidas visando o pleno emprego e a criação de garantias sociais – previdência, salário-mínimo etc. –, tinham como finalidade, na lógica de Keynes, estimular o consumo ao fomentar o poder aquisitivo da população.

A doutrina do “Estado de bem-estar social” (*welfare state*), como ficou conhecida, respondia tanto à necessidade específica do capitalismo de superar uma crise cíclica, mas que atingira proporções gigantescas, quanto às pressões por mudanças sociais estimuladas pela pregação socialista. Enquanto no contexto norteamericano a motivação principal, ao menos em termos do discurso ideológico, continuou sendo a revitalização do capitalismo, na Europa a social-democracia serviu-se do conceito para estimular a distribuição de renda e atingir uma situação de equilíbrio frente às demandas sociais. É importante assinalar que o “Estado de

bem-estar social” representou uma mudança significativa no tratamento das questões sociais, em relação às posturas filantrópicas prévias: sua principal inovação era o reconhecimento da responsabilidade do Estado na equalização desses problemas.

A crise do “Estado de bem-estar social” é um fenômeno complexo cuja análise as paixões ideológicas tornam ainda mais difícil. Pode-se afirmar, no entanto, que a crise financeira da década de 1970, somada ao peso excessivo das estruturas burocráticas do Estado, comprometeram profundamente a viabilidade das ações estatais reguladoras no campo social. Deve-se acrescentar a esse quadro, ainda, as diferenças flagrantes entre centro econômico e periferia, tão características da economia-mundo moderna; nesse sentido, é lícito perguntar se e em que medida países periféricos, como o Brasil, tiveram alguma experiência efetiva com o *welfare state*.

Todavia, a segunda metade do século XX preparou as condições necessárias para algumas mudanças importantes no tratamento dos problemas sociais e, em especial, na noção de responsabilidade social. A disseminação de um ideário de justiça social amplamente compartilhado; os desenvolvimentos do pensamento filosófico no século XX, com sua valorização da liberdade e autonomia humanas; a percepção não apenas do caráter predatório do capitalismo, mas prin-

cipalmente dos estragos causados à natureza e às relações sociais pela aplicação indiscriminada da “razão instrumental”, ou seja, da razão entendida tão somente como ferramenta para o progresso técnico; a emergência de movimentos sociais na periferia da economia-mundo, especialmente no contexto da descolonização da África e da Ásia e do irrompimento de revoltas na América Latina: esses fatores obrigaram a uma reconfiguração dos termos do debate, que se centrara de forma demasiado simplista nos papéis do Estado e do mercado.

Enquanto a atividade filantrópica sempre se pautara por princípios assistencialistas, a consciência emergente na segunda metade do século XX encaminhava-se para o reconhecimento da necessidade de ações transformadoras no âmbito das questões sociais. Não bastava minorar os males da desigualdade; era preciso trabalhar pela superação desses problemas em diversas frentes. Por outro lado, mesmo a atuação do Estado nas questões estruturais não era mais vista como suficiente. De objeto passivo da ação, fosse das iniciativas filantrópicas mais ou menos regidas pelo capital, fosse do Estado em sua tentativa de promover o bem-estar da sociedade, o ser humano precisava passar a sujeito ativo, a agente das transformações do seu próprio mundo. Foi a partir desse denso caldo de cultura que surgiu, nas últimas décadas do século XX, o conceito de Terceiro Setor.

O TERCEIRO SETOR: GÊNESE DE UM CONCEITO

Em fins do século XX, o processo de formação da economia-mundo, cujo início pode ser emblematizado pelas grandes navegações do século XV, alcançou seu ápice com uma configuração absolutamente mundializada e ocidentalizada do planeta. Ao mesmo tempo, nossas sociedades tornaram-se especialmente complexas, a tal ponto que passou a ser difícil explicar essa nova realidade social em termos das duas grandezas típicas da época moderna, o Estado e o mercado, ou mesmo em termos da velha estrutura tripartite proposta pelo liberalismo. Por outro lado, a reflexão crítica de boa parte da intelectualidade ocidental parecia buscar um caminho alternativo, para longe das respostas tradicionais oferecidas pelo *laissez-faire* liberal e das soluções estatizantes propostas tanto pelo socialismo quanto pelo *welfare state*.

Ao propor sua “teoria crítica da sociedade”, a Escola de Frankfurt, formada por intelectuais que, a partir da década de 1920, procuraram repensar o marxismo com o auxílio de aportes oriundos de outras ciências humanas, foi decisiva para encaminhar a reflexão ocidental para além das polarizações nas quais ela se encerrara (especialmente as polarizações Estado/mercado e capital/trabalho). Um de seus méritos foi demonstrar como a razão instrumental, o conceito iluminista de razão aplicado aos objetivos técnicos da civilização industrial, encontrou guarida mesmo no âmbito do marxismo ortodoxo. Os resultados negativos dessa aplicação da razão instrumental, como o descaso ecológico patente nas sociedades industriais e a banalização do ser humano, que alcançou seu auge nos totalitarismos, poderiam ser encontrados, portanto, em todas as sociedades e não apenas naquelas alinhadas a um dos polos ideológicos característicos do século XX.

Eficientíssima e inspiradora em sua análise da sociedade dominada pela razão técnica, a teoria crítica, exemplificada pela “Dialética do Esclarecimento” de Theodor Adorno e Max Horkheimer, não ofereceu todavia uma perspectiva de escape do quadro sufocante de uma sociedade que

atingiu seus limites e, portanto, beirava a autodestruição. Esse trabalho de redimensionar alternativas para o futuro seria conduzido posteriormente, por pensadores que podem ser considerados como herdeiros da teoria crítica proposta pela Escola de Frankfurt. Dentre eles, o mais relevante para uma compreensão do surgimento do conceito de Terceiro Setor é, sem dúvida, Jürgen Habermas.

Habermas não formulou o conceito de Terceiro Setor, cuja origem será detalhada a seguir. Mas é quase consensual a percepção de que a teoria de Habermas pode ser invocada como matriz desse conceito, sobretudo em dois pontos fundamentais: a identificação de uma terceira esfera na sociedade, com uma lógica diferente tanto em relação ao mercado quanto ao Estado; e a perspectiva de que as sociedades contemporâneas, em sua complexidade, não admitem mais soluções oriundas das antigas polarizações.

Para Habermas, Estado e mercado constituem o “mundo sistêmico”, fundamentado pela razão instrumental e marcado pelas relações típicas do capitalismo, sobretudo pelo controle do indivíduo a partir das exigências do capital. Em oposição ao mundo sistêmico situa-se o “mundo da vida”, a esfera da sociedade e da cultura, fundado na linguagem e marcado pela busca do consenso entre os in-

divíduos através do diálogo; trata-se de uma esfera de autonomia, sempre em luta contra a colonização imposta pelo mundo sistêmico. A disputa política fundamental das sociedades contemporâneas se dá, segundo Habermas, nesse confronto entre mundo sistêmico e mundo da vida. Ao mesmo tempo, as sociedades contemporâneas são de tal complexidade que não podem mais ser explicadas pelo recurso ao materialismo histórico proposto por Marx, com sua noção de um determinado grupo social como porta-voz dos anseios dos segmentos oprimidos da sociedade. O mundo da vida representaria o mundo da interação, marcado pelo diálogo entre indivíduos heterogêneos em termos da antiga noção de classe, mas tornados autônomos e capazes de se opor, a partir de valores solidários, ao Estado e ao mercado. Trata-se, portanto, de uma esfera pública, mas que procura superar os limites colocados pela polarização entre política e economia, entre Estado e mercado.

De forma concomitante ao desenvolvimento desse ideário, nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial surgiram diversos organismos cujas características de atuação e objetivos, como a preservação e ampliação dos direitos humanos, a difusão cultural, a luta contra a fome, a preocupação com a educação, não se enquadravam nas configurações típicas dos partidos políticos ou das organi-

zações sindicais e patronais. Desvinculadas também de estruturas governamentais, essas entidades principiaram como órgãos de cooperação internacional que, nos quadros da luta pela descolonização na década de 1960, representavam uma oposição alternativa a grupos ditatoriais ou afinados com políticas colonialistas. O grande mérito dessas primeiras organizações não governamentais está justamente no fato de oferecerem um caminho pelo qual a sociedade civil pôde começar a refletir sobre as questões sociais mais prementes e a intervir nelas, sem a mediação tradicional das estruturas de governo, dos partidos políticos e dos sindicatos.

Essas formas tradicionais de intervenção nas questões sociais encontravam-se hipertrofiadas, incapazes de permitir a participação de segmentos mais amplos da sociedade na transformação da realidade. Por outro lado, inúmeros agentes sociais despontavam, comprometidos com perspectivas humanitárias e imbuídos de uma forte consciência da necessidade de cimentar solidariamente as relações sociais. Tais agentes, oriundos de segmentos sociais diferentes, refletiam na prática o conceito de Habermas da necessária autonomia dos indivíduos e de sua capacidade de articular-se pelo diálogo. Aglutinados em grupos e organizações criados para dar forma às suas preocupações sociais, esses agentes são os responsáveis pelo surgimento do Terceiro Setor.

A denominação Terceiro Setor, de origem norte-americana, sintetiza a visão específica de sociedade cuja formação procuramos acompanhar: enquanto o “Primeiro Setor” diz respeito às atividades públicas de responsabilidade do governo e o “Segundo Setor” refere-se às atividades de natureza privada voltadas para fins lucrativos, o “Terceiro Setor” se coloca como relativo a uma esfera pública, mas que não se confunde nem com o governo, nem com as finalidades particularistas geralmente identificadas com os interesses privados. Para o antropólogo Rubem César Fernandes, o Terceiro Setor aparece como um arranjo complexo e instável de oposição e complementaridade que age num espaço público não estatal. Ele faz contraponto, assim, tanto às ações do governo como às do mercado; ao fazê-lo, recupera o aspecto trinário, permitindo escapar à dicotomia público-estatal/privado-mercado. Com isso, o Terceiro Setor pensa a vida pública numa perspectiva integradora, visto entender que ela não se esgota no âmbito do Estado e que agentes privados não estão necessariamente atrelados aos interesses particularistas do mercado.

Nesse sentido, é possível traçar um paralelo entre a concepção de vida pública sustentada pelo Terceiro Setor e a noção de *vita activa* defendida pelos humanistas cívicos italianos de princípios do século XV. Para estes, a participação pública era entendida como a única

maneira pela qual a tirania, grande mal das cidades-estado italianas nos séculos XIV e XV, poderia ser evitada; daí a preocupação desses pensadores em não mais se dirigirem, nos seus escritos, apenas aos governantes e magistrados, mas à massa dos cidadãos, procurando impeli-la à preocupação com os negócios públicos. Nesses humanistas, portanto, pode ser encontrada uma noção de vida pública que não se restringe ao Estado e ao seu aparelhamento, elementos que, efetivamente, ainda não se encontravam de todo formados. É inegável que na Modernidade as forças sociais que possibilitaram a consolidação do Estado centralizado limitaram fortemente essa noção ao produzirem a identificação entre “público” e “estatal”, que foi decisiva para tornar viável esse novo projeto de Estado. Tal identificação passou a ser contestada nos últimos anos, a partir não apenas da consciência de uma hipertrofia óbvia do Estado, mas também da percepção do quanto semelhante limitação representou em termos de perda da participação de estratos mais amplos da sociedade na vida pública.

Dentre as principais críticas que a noção de Terceiro Setor tem recebido, duas são de especial relevância. A primeira contesta a própria existência de uma terceira esfera social autônoma em relação ao Estado e ao capital. Para esses críticos, tal esfera seria uma construção ideológica destinada a esvaziar a

participação política efetiva; seu aspecto daninho residiria justamente na suposição de que agentes sociais poderiam operar livres de quaisquer condicionamentos de classe. A outra sugere que a noção de Terceiro Setor é resultado direto da ideologia neoliberal e que procura, em consonância com essa ideologia, sucatear as estruturas do Estado, desresponsabilizá-lo em relação às questões sociais e enfraquecer as conquistas obtidas no passado pelo conjunto da sociedade, ao convertê-las, de direitos adquiridos, em simples serviços prestados por iniciativas privadas.

Essas críticas merecem consideração. Será abordado, mais adiante, o problema do ideário neoliberal e do que ele representou no contexto de surgimento e consolidação do Terceiro Setor. A questão da desresponsabilização do Estado frente aos problemas sociais é séria e não pode ser tratada como mera argumentação ideológica. Todavia, é necessário, aqui, efetuar uma constatação importante: o que se busca efetivamente no Terceiro Setor é um novo paradigma de ação pública, um paradigma mais condizente com a organização complexa das sociedades atuais e menos comprometido com estruturas formadas no âmbito da Modernidade. As críticas que o Terceiro Setor recebe, por seu turno, ainda se concentram nessas estruturas e ignoram a multiplicidade de atores que passaram a integrar as dinâmicas sociais.

O CONTEXTO DE SURGIMENTO DA ASSOCIAÇÃO ARTE DESPERTAR

Quando a Associação Arte Despertar iniciou suas atividades, em 1997, o Brasil inseria-se numa conjuntura singularmente complexa. O contexto externo era o da já mencionada mundialização, com as relações econômicas tornando ainda mais tênues os limites entre o nacional e o transnacional. Em termos negativos, essa situação provocou crises em segmentos da indústria nacional, incapazes de resistir sem protecionismos estatais à concorrência típica de uma economia mundializada; essas crises, por sua vez, tiveram efeitos sociais graves, com a preocupante elevação dos índices de desemprego. A estabilização monetária que vinha sendo conquistada desde meados da década tinha como contrapartida, portanto, uma situação de desestabilização social.

Esses foram anos de grande expansão da ideologia neoliberal em amplos segmentos da sociedade brasileira. Essa ideologia parecia corroborada pela falência do Estado nacional, asfixiado por uma máquina que crescia monstruosamente ao longo da ditadura militar, durante a qual se praticara um arremedo de *welfare state* sustentado por empréstimos externos; essa situação era, ainda, intensificada pela corrupção sistêmica. Os resultados dessa falência se faziam sentir especialmente no campo social, com a severa queda de qualidade dos serviços públicos fundamentais (sobretudo saúde e educação), a crise no setor previdenciário, a proliferação da violência e os reflexos sociais das diversas deficiências de infraestrutura.

O surgimento de grande número de iniciativas alinhadas com o Terceiro Setor nesse período, bem como o crescimento de organizações não governamentais cujas atividades eram de uma forma ou de outra sustentadas por empresas privadas, dentro do conceito que viria a ser conhecido como “Responsabilidade Social Empresarial” ou RSE, deram oportunidade a que muitos críticos julgassem as atividades do Terceiro Setor como resultado da aplicação pura e simples do ideário neoliberal. Para esses críticos, o pensamento neoliberal visava uma reestruturação produtiva cujo objetivo era precarizar as relações de trabalho de forma

a maximizar o lucro; pretendia também reformar o Estado, de maneira a excluí-lo do tratamento das questões sociais, tendo em vista seu alto custo. O Terceiro Setor serviria como elemento que, através de atividades pontuais de ajuda direta ou de projetos destinados a despertar a criatividade social dos atingidos, se encarregaria de suprir as necessidades abandonadas pelo Estado. Em última análise, a atuação do Terceiro Setor cooperaria, segundo esses críticos, para a desresponsabilização social do Estado e para a despolitização da sociedade.

É preciso observar que essas críticas, conquanto possuam elementos válidos que indicam potenciais riscos de instrumentalização ideológica, não refletem todavia nem as intenções efetivas dos movimentos que integram o Terceiro Setor, nem a noção democrática de sociedade que informa essa perspectiva. Não se pretende o desmonte do Estado, sua desresponsabilização frente às necessidades sociais ou a fragilização dos direitos adquiridos pela população. Ao contrário, o que se vislumbra é a criação de múltiplos foros de participação política e a disseminação de iniciativas que, ao congregar indivíduos autônomos e conscientes em projetos de natureza social, viabilizem o diálogo, a interação e uma atuação muito mais ampla da sociedade no enfrentamento de suas próprias mazelas.

Tais iniciativas nascem da crescente consciência de responsabilidade social manifesta em múltiplos segmentos da sociedade, desde instituições familia-

rizadas de longa data com a filantropia, passando por grupos tradicionalmente ligados a militâncias humanitárias e incluindo empresas cada vez mais conscientes da impossibilidade de se continuar pensando unicamente em termos de lucros. Suas atividades são desenvolvidas a partir das competências individuais, com a valorização, extremamente benéfica, do sujeito que aprende a enxergar o valor social de um talento ou de uma paixão pessoal. O trabalho de organizações como a Associação Arte Despertar seria, efetivamente, impossível sem esse aproveitamento dos talentos individuais, formados ao longo do tempo em cada história de vida específica. O ingrediente da “paixão” também é fundamental, à medida que determina o envolvimento do sujeito com os objetivos da organização. Ao mesmo tempo em que aumenta a eficiência do trabalho oferecido, esse emprego do talento individual impede a formação, nas pessoas envolvidas com o trabalho, daquela atitude burocrática tão frequente nas iniciativas de natureza estatal, nas quais o indivíduo virtualmente desaparece atrás de normas e procedimentos.

O trabalho em rede, através de parcerias e alianças, permite a obtenção de resultados mais satisfatórios; evita-se, ao mesmo tempo, o desperdício de recursos. Nos últimos anos, a experiência tem mostrado a essas organizações a importância do desenvolvimento de “tecnologias sociais”, caracterizadas por simplicidade, baixo custo, fácil entendimento e caráter disseminável, como ferramentas importantes para a consecução dos seus objetivos.

A Associação Arte Despertar veio a existir e completou sua primeira década, portanto, num contexto de crescente valorização do diálogo entre as diferentes forças sociais tendo em vista a humanização das relações dentro da sociedade. Enquanto a aplicação indiscriminada da razão instrumental levou a uma profunda desvalorização dos seres humanos, fenômeno que se manifestou tanto no sistema capitalista quanto nas tentativas de construção do socialismo, o início do novo milênio assistiu ao aprofundamento da consciência de que era preciso reagir a isso, reafirmando a dignidade do ser humano e investindo em sua autonomização. A economia de mercado, percebe-se hoje, precisa ser domesticada social e ecologicamente: a subordinação dos valores econômicos e político-partidários ao interesse comum deve incluir não somente o respeito ilimitado ao ser humano mas, também, o respeito por sua casa, o ambiente onde ele vive.

A tentação das análises demasiadamente simplistas é afastada quando considera-se que, ao longo da primeira década do século XXI, o próprio paradigma neoliberal deu sinais de exaustão. Algumas de suas limitações já haviam sido expostas por Habermas, para quem o capitalismo tardio é objeto de intervenções estatais frequentes com vistas a melhorar as condições de realização do capital, não obstante pregar, do ponto de vista ideológico, a total ausência do Estado. Esse caráter ideológico do paradigma neoliberal (ou seja, o fato de ele existir mais como discurso legitimador do que como rea-

lidade prática) ficou patente através de duas crises marcantes: a emergência da violência fundamentalista assinalada pelo 11 de setembro de 2001, que reforçou o papel do Estado na segurança, revertendo a tendência característica da década anterior no sentido da lenta eliminação das fronteiras e, com elas, do próprio caráter nacional dos Estados modernos; e a crise financeira de 2008, que trouxe à memória a necessidade de uma atenção periódica do Estado às realidades econômicas.

O conjunto da análise deixa claro que o futuro imediato não comporta a eliminação da figura do Estado, essa soberba construção que nos foi legada pela Modernidade. Tampouco comporta a superação do capital nos moldes previstos pelo marxismo ortodoxo. Todavia, a realidade atual em nada reflete os arranjos do antigo liberalismo. A conjuntura é radicalmente nova e sugere a necessidade de novos mecanismos de intervenção política, de novas formas de participação cívica e de objetivação da cidadania.

Num contexto como este, organizações como a Associação Arte Despertar têm um papel fundamental a desempenhar, que ultrapassa mesmo os resultados obtidos por suas atividades diretas. Trata-se de um papel na formação e autonomização de indivíduos que, através de iniciativas como essas, descobrirão sua própria maneira de exercer o mais antigo e humano dos direitos: o direito de intervir positivamente no mundo em que vivem.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(CRB-8/6331, SP, Brasil)

Associação Arte Despertar

Arte Despertar: primeira década / autoria de Associação
Arte Despertar. – São Paulo : Arte Despertar, 2010.

ISBN 978-85-63880-00-0

1. Arte e Cultura 2. Inclusão Social 3. Saúde
4. Terceiro Setor I. Arte Despertar II. Título

CDD-360



arte despertar

Rua Helena, 309 cj. 11 - Vila Olimpia
São Paulo/SP - CEP 04552-050
projeto@artedespertar.org.br
www.artedespertar.org.br

ORGANIZAÇÃO

Arte Despertar

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Helena Domingos

Maria Helena Webster

AUTORES

Eduardo Montechi Valladares

Felipe de Souza Tarábola

Maria Angela de Souza Lima Rizzi

Maria Christina de Souza Lima Rizzi

Maria Helena da Cruz Sponton

Regina Vidigal Guarita

Rui Luis Rodrigues

ASSESSORIA PARA O CAPÍTULO

UM POUCO DE NÓS

Maria Heloisa Corrêa Toledo Ferraz

ENTREVISTAS PARA O CAPÍTULO

A VISÃO DO LADO DE FORA

Lucas de Oliveira

Oficina da Comunicação Integrada

PESQUISA DE ACERVO

Claudia Viri de Oliveira

COPYDESK

Gipe Projetos Educativos Ltda

COORDENAÇÃO ICONOGRÁFICA

Helena Domingos

Regina Vidigal Guarita

PRODUÇÃO FOTOGRÁFICA

Guto Seixas

Acervo Arte Despertar

PROJETO GRÁFICO

Estúdio Colírio

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

Estúdio Colírio

REVISÃO

Caroline Franco

PRODUÇÃO GRÁFICA

GFK Comunicação



arte despertar

